
GEOPOLÍTICA E ANTIGEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA NO NEOLIBERALISMO

GEOPOLITICS AND ANTIGEOPOLITICS IN THE AMAZON IN NEOLIBERALISM

Carlos Alberto Franco da Silva¹
Aumeri Carlos Bampi²

RESUMO: Explicita-se no artigo a inserção da Amazônia nas estratégias geopolíticas do Estado brasileiro, quando o país estava sob governo dos militares. O estudo se justifica pelo fato de a Amazônia ser não apenas área de cobiça internacional, mas também de recurso político-ideológico-narrativo de legitimação do nacionalismo, do ideário de integração produtiva da região na divisão internacional do trabalho e do debate em torno do desenvolvimento sustentável do bioma e da problemática climática do planeta. Em contraponto à geopolítica, emerge a antigeopolítica dos movimentos sociais que desafia os interesses do Estado, corporações e Forças Armadas visando à ocupação militar e produtiva da Amazônia. Chama-se a atenção para os novos requisitos geopolíticos e antigeopolíticos demandados pela ordem capitalista neoliberal. As antigeopolíticas executam um papel crucial no que tange à defesa das diversas territorialidades amazônicas em relações mais sustentáveis com o bioma do que a que se estabelece por meio da produção de *commodities*. As estratégias aparecem na luta por territórios naturais protegidos, por terra-território e pela agroecologia.

Palavras-chave: Amazônia. Geopolítica. Antigeopolítica.

ABSTRACT: It is spelled out in the article the insertion of the Amazon in the geopolitical strategies of the Brazilian State, from the military governments. The study is justified by the fact that the Amazon is not only an area of international greed, but also a political-ideological-

1 Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado IV da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: fronteira agrícola, corporação, rede política territorial, Amazônia, Cerrado, soja e cana. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlosfds1963@gmail.com.

2 Filósofo, Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. Possui pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade de Educação e Linguagem e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: aumeribampi@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2020 e aceito para publicação em setembro de 2020.

narrative resource to legitimize nationalism, the ideals of productive integration of the region in the international division of labor and the debate on development sustainability of the biome and the planet's climate problem. In contrast to geopolitics, emerges the anti-geopolitics of social movements that challenges the interests of the State, corporations and Armed Forces in the military and productive occupation of the Amazon. Attention is drawn to the new geopolitical and anti-geopolitical requirements demanded by the neoliberal capitalist order. Anti-geopolitics play a crucial role in the defense of diverse Amazonian territorialities in more sustainable relations with the biome than that established through the production of commodities. The strategies appear in the fight for protected natural territories, for land-territory and for agroecology.

Keywords: Amazon. Geopolitics. Anti-geopolitics.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, as políticas territoriais do país passaram a ser identificadas como instância de uma geopolítica baseada em estratégias, doutrinas e projetos relacionados às relações de poder que constituem o Estado, sobretudo a partir da década de 1930, depois da ascensão nazista. Assim sendo, vários estudiosos teceram comentários acerca do tema: Yves Lacoste (1993) afirmou que a “geopolítica era hitlerista”; o intelectual Nelson Werneck Sodré (1976) pautou-se na mesma linha de avaliação: “a geopolítica é a geografia do fascismo”, assegurando que a geopolítica não passaria de uma construção ideológica e política. O geógrafo Ruy Moreira (1981) concluiu que “a geopolítica [...] não é uma ideologia alemã, mas a geografia oficial sem seu costumeiro disfarce”. Claude Raffestin (1993, p. 16) definia a geopolítica como “uma geografia do Estado totalitário”. Por fim, o geógrafo José William Vesentini (1986) destacava “a geopolítica como discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico voltado para a segurança nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território”. De certo modo, as críticas de Lacoste, Sodré, Raffestin, Vesentini e Ruy Moreira remontam aos estudos de uma chamada geopolítica clássica.

Wanderley Messias da Costa (2008, p. 18) afirma que parte da tradição geográfica identifica “geografia política como estudos mais afeitos às relações de poder entre o espaço e o Estado, tais como posição, situação, fronteiras etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação de teorias voltadas às relações de poder entre os Estados e às estratégias para os territórios nacionais”. Assim, nesses termos, a geopolítica situa-se no campo das estratégias simultâneas de afirmação interna do território nacional e das relações externas com outros países e continentes. De fato, tanto a geografia política quanto a geopolítica fundamentam-se no uso político do território e do exercício do poder. Enfim, unem poder, política, narrativa, ideologia, território e conflitos sociocultural e simbólico nas suas diversas formulações teóricas. Ao ser associado ao Estado, sobretudo às Forças Armadas, a geopolítica foi muito criticada por geógrafos e até mesmo negada por alguns estudiosos.

Felizmente, a Geografia brasileira, a partir de 1988, esforçou-se para resgatar a geopolítica sob outras bases não estatais. Costa (2008) lembra que o posicionamento da geógrafa Bertha Becker foi o ponto de partida para uma retomada da geopolítica fora do âmbito do Estado. As influências nietzschianas visíveis em Michael Foucault, no sentido de chamar a atenção para diversas formas de poder e contrapoder (resistências), atingem geógrafos de peso, tais como Claude Raffestin (*Por uma geografia do poder*). No Brasil, foi Becker (1988), por meio do artigo intitulado *A Geografia e o resgate da geopolítica*, quem redirecionou a relação entre a geopolítica e os poderes constitutivos das relações sociais:

Certamente, o poder não é determinado pela configuração de terras e mares e pela geografia dos lugares, e sim por motivações e decisões humanas e pelas relações sociais [...]. Relação social difusa, teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro, o poder deriva de múltiplas fontes e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada (BECKER, 2012, p. 119).

Assim, assegura Becker: “o poder é multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo em si um poder” (2012, p. 119). Ao propor um resgate da geopolítica, a geógrafa parte do espaço como fonte de recursos, meio de vida e produtor e reproduzidor das relações de produção e de dominação. O discurso geopolítico desvendaria dimensões diversas: 1) relações de poder e contrapoder; 2) poder econômico; 3) defesa militar; 3) discurso político-ideológico; 4) e, em alguns casos, o poder religioso. Acrescenta duas premissas capitais para entender a geopolítica contemporânea: desvelar o papel da tecnologia e da questão territorial em múltiplas fontes de poder. Para a autora, o vetor técnico-científico-tecnológico responde não só pela geopolítica das corporações multinacionais, mas também pelo Estado e pelos movimentos sociais planetários. Assim, a geopolítica abriria espaço para um novo campo de análise: a antigeopolítica como estratégia de contraespaços sociopolíticos em reação às forças hegemônicas do capital, ou seja, uma “geopolítica dos de baixo”, conforme define Routledge (2003, p. 245):

Antigeopolítica pode ser concebida como uma força cultural, ética e política dentro da sociedade civil [...] que desafia a noção de que os interesses políticos do Estado são os mesmos das comunidades impactadas. A *antigeopolítica* representa a afirmação da permanente independência do Estado e articula duas formas articuladas de contra-hegemonia. A primeira desafia o poder geopolítico material do Estado (econômico-militar) e das instituições globais do capitalismo; a segunda desafia as imposições das elites políticas sobre o mundo e diferentes povos que são acionados para atender aos interesses geopolíticos. A *antigeopolítica* pode tomar uma miríade de formas de discursos de intelectuais dissidentes e das estratégias dos movimentos sociais. A *antigeopolítica* não é apenas localizada dentro das fronteiras de um Estado, pois, na globalização, os movimentos sociais operam em escalas internacionais, à medida que eles desafiam as instituições internacionais e estruturas globais de dominação (2003, p. 245).

É a partir desse recorte teórico – geopolítica e antigeopolítica – que este artigo se volta para a análise da inserção da Amazônia nas estratégias geopolíticas do Estado, a partir dos governos militares, de modo a chamar a atenção para os novos requisitos geopolíticos e antigeopolíticos demandados pela ordem capitalista neoliberal. E por que a Amazônia? O estudo se justifica pelo fato de a Amazônia ser não apenas área de cobiça internacional, mas também de recurso político-ideológico-narrativo de legitimação do nacionalismo, do ideário de integração produtiva da região na divisão internacional do trabalho e do debate em torno do desenvolvimento sustentável do bioma e da problemática climática do planeta.

Nesse ponto, conforme apontado por Becker (2005), duas forças antagônicas disputam território na Amazônia: 1) o vetor tecnoindustrial voltado ao agronegócio, industrialização-urbanização, mineração e implantação de redes logísticas; 2) e o vetor

tecnoceno(lógico) associado tanto à defesa das populações tradicionais e do bioma quanto à mercantilização da sociobiodiversidade, do ar e da água.

No âmbito dessas vontades de poder em conflito, situam-se a geopolítica do Estado para a Amazônia, traduzida no planejamento estratégico, nas alianças internacionais e nos compromissos ambientais e, em contrapartida, a antigeopolítica dos movimentos socioambientais e a dificuldade de defesa do bioma e das populações tradicionais. Assim, o objetivo central do estudo é ressaltar as manifestações concretas desses dois vetores de acumulação de capital na Amazônia, a partir de 1990, sobretudo no âmbito do planejamento estratégico do Estado brasileiro.

A fim de dar conta do objetivo, a metodologia faz um recorte analítico de diversos estudos recentes sobre a relação entre a problemática ambiental e o planejamento estratégico para a Amazônia, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o início da gestão de Jair Bolsonaro. Desse modo, o recorte espaço-temporal privilegia as transformações do território amazônico a partir de 1990, quando efetivamente os impactos do neoliberalismo e da ideologia do desenvolvimento ambiental sustentável adquiriram manifestação concreta nos investimentos capitalistas na Amazônia e na visibilidade das mobilizações antigeopolíticas de *r-existência* aos interesses de madeireiras, mineradoras, grileiros, pecuaristas e empresas industriais, assim como de obras logísticas, tais como as hidrelétricas.

Assim, o artigo divide-se em três partes que se complementam: a primeira apresenta um pano de fundo da geopolítica do Estado para a Amazônia durante a ditadura militar, época de profundos impactos socioespaciais da macrorregião. Em seguida, o estudo aponta a ressignificação da geopolítica na Amazônia diante dos reclamos ambientais e da globalização neoliberal. Por fim, a análise chama a atenção para as tensões e os dilemas das estratégias antigeopolíticas diante de governos presidenciais com perfil desenvolvimentista popular ou nitidamente neoliberal.

A ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA DOS MILITARES PARA A AMAZÔNIA LEGAL³

A partir da II Guerra Mundial, a geopolítica militar brasileira foi fortemente marcada pelo desejo de unidade territorial do país, tanto do ponto de vista da invenção e consolidação do nacional quanto da integração de parcelas do território em uma unidade econômica marcada pelo avanço das forças capitalistas em regiões e lugares considerados sertões, tais como a Amazônia. Para tanto, a fronteira foi o recurso geopolítico-ideológico e narrativo de integração econômica do país. A centralização do poder político em Brasília foi um marco expressivo na gestão territorial do Brasil. Por fim, a posição e a inserção do país na América do Sul influenciaram políticas subimperialistas brasileiras que até hoje se apresentam como forma de o país assumir papel político e econômico de liderança sul-americana.

A geopolítica militar brasileira foi influenciada por pensadores, tais como Ratzel, Kjéllen, Mackinder e Spykman, dentre outros. As maiores referências teóricas no país foram Mario Travassos, Everardo Backheuser, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, assim como os geógrafos Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho, sobretudo a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949.

A busca por coesão interna do território, a relação entre povoamento e imensidão do país e a fraca divisão inter-regional do trabalho entre as macrorregiões produtivas e os regionalismos exacerbados eram preocupações do Estado brasileiro. A ideia de unidade nacional até hoje tem sido exposta pelos militares, mesmo sob o signo da globalização e de redemocratização

do país, a partir de 1985. A preocupação com a dimensão do território, localização da capital e divisão territorial do trabalho no país foram, de fato, aplicação das influências de Ratzel, Kjéllen, Mackinder, Otto Maull, dentre outros, nas políticas territoriais do Estado.

No Brasil, o pioneirismo de Everardo Backheuser e Mário Travassos serviu de apoio ao projeto geopolítico da marcha civilizatória para o Oeste de Getúlio Vargas, assim como as discussões sobre a transferência do Distrito Federal para o Planalto Central, passando pelos antagonismos imperialistas na América do Sul, nos termos geopolíticos de Mário Travassos.

A integração do país requeria ainda “uma política de fronteira”, conforme sugeria Backheuser (1952, p. 261), sob influência de Kjéllen. Em linhas gerais, baseado em Kjéllen, Backheuser defendia uma geopolítica que envolvesse a *topopolítica* (situação geográfica [posição] do território), a *morfopolítica* (o território ocupado, fronteira política e os meios de comunicação como forma de domínio político do Estado), a *fisiopolítica* (domínio das riquezas naturais do território), a biopolítica, a *arcopolítica* (política da força, do poder do Estado sobre o território), a *economopolítica* (a vida econômica do território) e a *psicopolítica* (defesa da nacionalidade). Em suma, na proposta geopolítica de Kjéllen, o território se afirmava como substrato do Estado, seu campo de poder, solo de realização do nacional e de uma identidade, aponta Backheuser (1952, p. 56). Não é difícil observar as referências de Backheuser nas políticas territoriais do Estado militar, sobretudo na unidade territorial como símbolo de unidade nacional, de afirmação do poder estatal e de apropriação capitalista dos recursos naturais do país. Uma das influências foi a criação dos Territórios Federais, assegura Mattos (1979, p. 53).

Mário Travassos foi outra influência incontornável na geografia dos militares, cujos trabalhos são comparados aos de Backheuser em termos de pensamento político brasileiro. O livro *Projeção continental do Brasil* (1935) traz diretrizes do papel a ser desempenhado pelo Brasil no continente americano. Sob influência de Ratzel e Mackinder e do positivismo, Travassos lançou preocupações com o controle físico-político do território do país, a posição de liderança do Brasil na América do Sul e as relações com o imperialismo americano. Para esse autor, a integração econômica do território brasileiro era capital não apenas para a difusão do capitalismo no interior dos *sertões*, como também para a projeção geopolítica no continente sul-americano (BACKHEUSER, 1935, p. 133). Assim, desvelava-se “um projeto geopolítico centrado não na unidade interna stricto sensu, mas na repercussão externa do movimento de integração interna... [...] como destino geopolítico do Brasil”, conclui Costa (2008, p. 198-199). Na escala nacional, o projeto geopolítico da *Marcha para o Oeste*, isto é, a conquista dos Cerrados pelo capital do Centro-Sul, destacava a captura de Mato Grosso como posição geográfica central no continente “onde se cruzam os mais graves problemas decorrentes da composição entre o Prata e o Amazonas”, destaca Travassos (1935, p. 236).

Entre os pares de oposição geoestratégica, Travassos dividiu o continente em dois blocos territoriais: Atlântico *versus* Pacífico e Prata *versus* Amazonas. As bacias hidrográficas seriam, portanto, divisores de água e de articulações para os três principais compartimentos geográficos da América do Sul: o Prata, a Amazônia e os Andes. A integração física funcional aos movimentos das forças capitalistas no continente destacava a Bolívia, e depois o Paraguai, como o *heartland sul-americano* a ser disputado com a Argentina.

Assim, as políticas territoriais do Estado brasileiro dirigiam-se para integração da região de Santa Cruz De La Sierra, na Bolívia, à orbita da capital do Sudeste por meio dos trilhos da Ferrovia Noroeste, que ligam Corumbá (MS) a Santos (SP), e de integração do *heartland sul-americano* à Amazônia pelos trilhos da Ferrovia Madeira-Mamoré, que nunca aconteceu. De acordo com Mattos (1979, p. 52), “as soluções de Travassos situavam-

se numa política de transporte que neutralizasse a nosso favor os desequilíbrios potenciais oferecidos por forças antagonicas”. Nesse caso, as forças antagonicas eram a Argentina.

Durante o período militar, as preocupações geopolíticas voltam-se para a fluidez do espaço amazônico. A abertura da rodovia Belém-Brasília e da Transamazônica (BR-230) é um exemplo do uso da geopolítica de Travassos, que propunha ainda a captura da Amazônia, pois “o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz” (TRAVASSOS, 1935, p. 114). Para tanto, a integração deveria levar em conta o Cerrado, visto como uma exigência para prolongar a influência paulista como força de penetração no planalto central brasileiro e de inserção da Amazônia na divisão inter-regional do trabalho no país.

Dentre todos os militares, vale destacar a obra de Golbery do Couto e Silva, visto que sua participação no Estado Militar (1964-1985) e a formulação de uma geopolítica nacional conservadora e autoritária foram expressivas para as políticas territoriais que se seguiram após seus estudos na década de 1950. Para Mattos, as características dominantes da geopolítica de Golbery são: 1) integração e valorização espaciais; 2) expansionismo para o interior; 3) geopolítica de contenção ao longo das fronteiras; 4) colaboração continental; e 5) geopolítica de segurança (1979, p. 59).

A geopolítica de Golbery resultava do conceito de segurança nacional como raiz condicionante do planejamento territorial de natureza econômica, militar e política. Para ele, a unidade territorial e política deveria ser apoiar “nos progressos surpreendentes da técnica e da industrialização acelerada de modo a romper todas as compartimentações espaciais, resíduos dos regionalismos e do poder das oligarquias agrárias regionais” (1981, p. 22). Assim, diversos campos estratégicos estariam a serviço da geopolítica brasileira. Em síntese, a geopolítica de Golbery parece resultar do ideário de Spykman, quando afirmava que “a geopolítica é o planejamento da política de segurança de um país, em termos de seus fatores geográficos” (1981, p. 165).

A influência da *Teoria do heartland*, de Mackinder, também é observada em Golbery, quando ele faz uma leitura geopolítica da realidade brasileira. Sob o ponto de vista da integração física, “o Brasil é um vasto arquipélago” (1981, p. 45), afirma Golbery. Partindo de uma regionalização geopolítica do território brasileiro, a primeira tarefa é da integração e valorização do território nacional. Para tanto, a integração “há de ser forçosamente [...] de maneira a articular solidamente de norte a sul nossa base ecumênica” (p. 45). De início, a integração física e econômica seria das três penínsulas do Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Somente depois a Hileia Amazônica “seria conquistada”, sugeria. Inundar de civilização os sertões do Nordeste e Centro-Oeste e articulá-los ao núcleo central, nosso *heartland* (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), “seria importante estratégia de garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento das possíveis vias de penetração” (SILVA, 1981, p. 47).

Não é difícil observar que muitas das sugestões foram levadas a cabo pelos governos burgueses-militares por meio dos projetos de colonização do Cerrado e da Amazônia, entre 1960 e 1990, lançando mão de ações e projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de empreendimentos imobiliários privados, que com financiamento estatal, deram início à implantação de núcleos urbanos que proporcionaram auxílio organizacional e instrumental de apropriação do território. Depois de delimitar o que considerava o ecúmeno nacional (*heartland*), Golbery propunha o domínio estatal e burguês sobre um “Brasil inexplorado, desvitalizado pela falta de gente

e de energia criadora, integrando-o à nação [...]. É preciso tamponar o deserto” (1981, p. 43), notadamente a Amazônia e o Cerrado.

A integração da Amazônia era, portanto, parte da Doutrina de Segurança Nacional, em que o nacionalismo etnocêntrico “deve inspirar, motivar, permear toda elaboração política, toda concepção estratégica, toda formulação geopolítica” (SILVA, 1981, p. 101). A narrativa discursiva-ideológica era *integrar para não entregar a Amazônia*. Com efeito, as diretrizes geopolíticas traçadas pelo General Golbery usavam o recurso do nacionalismo (consciência nacional) para impor, de modo autoritário, a valorização capitalista do território por meio da expansão da fronteira urbano-industrial-agropecuário-mineral para as áreas consideradas “extensões despovoadas do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração” (p. 131), a fim de articular o Nordeste, a Amazônia e o Cerrado ao núcleo central do país, numa nítida “regionalização geopolítica”, conforme sinaliza Costa (2008, p. 204).

Para tanto, uma ampla manobra geopolítica era proposta por Golbery do Couto e Silva: 1) “inundar de civilização a Hileia amazônica”; 2) o “assenhoreamento, pela ocupação efetiva e o desenvolvimento econômico, de todo o *heartland* central, impulsionando-se a onda de povoamento, desde o núcleo atual, decisivamente ao interior”; 3) conquistada a Amazônia, era preciso que se tomasse pé firme a partir do polo industrial de Manaus. Assim posto, seria importante promover fluxos migratórios, colonização oficial e privada, abertura de estradas, comunicações e investimento em energia para a efetiva integração econômica das periferias à órbita do capital nacional e internacional. Por fim, a conquista do *heartland* brasileiro e da Amazônia seria uma ponta de lança para a captura do *heartland* sul-americano, isto é, de afirmação do subimperialismo brasileiro no continente, segundo considerações de Mackinder.

Assim, a geopolítica expressa pelo General convertia-se em uma prática política de exercício do poder estatal sobre o território-nação. Para ele, a integração nacional via planejamento territorial deveria ser vista “em termos de seus fatores geográficos, mais precisamente, diretriz ou orientação traçada com base nos fatores geográficos e limitada à política de segurança nacional, isto é, estratégica, ou mais exatamente, geoestratégia, uma fundamentação geográfica de uma diretriz estratégica” (SILVA, 1981, p. 166).

A geopolítica de Golbery serviu de fundamentação geográfica e diretriz à Política de Integração Nacional, calcada tanto nos conceitos de posição e de espaço (influência de Ratzel e Mackinder) quanto na esfera da segurança nacional, isto é, da estratégia. Nesse último caso, “surge então a geoestratégia, a rigor entendida como a Geopolítica de Segurança Nacional” (SILVA, 1981, p. 167), inseparável das dimensões política, psicossocial, econômica e militar do território brasileiro. Em suma, a Doutrina de Segurança Nacional era mais do que defesa do território. De acordo com Mattos (1979, p. 62), a Doutrina de Segurança Nacional “comportava influências geográfica, ideológica-doutrinária (expansionismo territorial e combate ao comunismo), tecnológicas e econômicas (base industrial)”.

Entre 1970 e 1985, outro representante militar de uma geopolítica clássica foi o General Carlos de Meira Mattos. Sob forte influência de Kjéllen, Ratzel, Mackinder, Mário Travassos, Backheuser e Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos publicou três obras, a destacar: *Geopolítica e destino* (1979), *Geopolítica e as projeções do poder* (1977) e *Uma geopolítica pan-amazônica* (1980).

A geopolítica de Meira Mattos parte do que se definia como geopolítica. Para ele, “geopolítica é a arte de governar” (1979, p. 3) a serviço de um “destino manifesto do Estado”, nos termos de Alfred Mahan, assim como “geopolítica é a consciência geográfica do Estado”, conforme expressava o Instituto de Geopolítica de Munique. Todavia, Meira Mattos assumia

a influência maior de Ratzel para a geopolítica: “espaço é poder” (1979, p. 5). E acrescenta outro ponto de vista: “geopolítica é a geografia do destino” (sic) (1979, p. 6).

Em síntese, no livro *Geopolítica e destino* (1979), Meira Mattos assume a diretriz do General Golbery quanto ao papel da Escola Superior de Guerra na consecução da Doutrina de Segurança Nacional, a partir dos estudos e valores geopolíticos entre o período de 1949 a 1964. Para ele, a geopolítica proposta, até aquele momento, era o instrumento necessário de projeção do *Brasil-Potência*, ou seja, do “destino nacional”.

A geopolítica de Meira Mattos dialogava com a *topopolítica* de Rodolfo Kjéllen. A posição do território brasileiro deveria ser apreciada sob os aspectos de sua latitude, dimensão territorial, proximidade com o mar, situação com os vizinhos sul-americanos e altitude (MATTOS, 1979, p. 18). O debate sobre os estímulos geopolíticos do espaço brasileiro (dimensão continental e marítima), sobre as fronteiras naturais (rios, mar, lagos, montanhas e cordilheiras) e antropogeografias (linguística, racial-étnica, religiosa e cultural) era seguido da instabilidade social das fronteiras por conta de conflitos e pressão política. Assim, a geopolítica brasileira deveria ser atrelada à Doutrina de Segurança Nacional.

Os estímulos continentais do país abriam janelas para a interiorização de interesses econômicos (*Marcha para o Oeste*) e avanço da fronteira capitalista em direção ao Planalto Central, Prata, Amazonas e São Francisco. Na Amazônia Legal, uma das ideias defendidas por Meira Mattos era a rodovia Transamazônica, Perimetral Norte, Manaus-Caracas, Paranaguá-Assunção, Corumbá-La Paz, Rio Branco (AC)-Peru etc., para fins de projeção continental do Brasil diante dos antagonismos com a Argentina, conforme diretrizes de Mário Travassos. Para a Amazônia, Meira Mattos propunha ainda uma estratégia pan-amazônica de unidade sociopolítica e econômica com países vizinhos sul-americanos.

Assim, percebe-se que a Doutrina de Segurança Nacional dos militares não se limitava à defesa, mas também à manutenção do desenvolvimento econômico do país. Para tanto, “a doutrina de segurança varia, outrossim, em função de influências tecnológicas” (MATTOS, 1979, p. 62). O controle dos vetores tecnológicos do capitalismo global era capital para as pretensões do Brasil-Potência. Assim, Meira Mattos já chamava a atenção para a articulação entre *Cronopolítica* e Geopolítica, de modo a ampliar a fluidez e a rapidez dos fluxos sociais no espaço como requisito indispensável à economia e à defesa militar.

Meira Mattos dizia-se satisfeito com o Plano de Integração Nacional (PIN) e com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e suas diretrizes para a Amazônia. Para tanto, era mister o domínio dos vetores tecnológicos em poder das nações mais desenvolvidas, para fins de controle do tempo e do espaço brasileiro e de confirmação do seu destino como potência mundial. Nesse sentido, a geopolítica do Estado militar posicionou suas estratégias em três espaço-temporalidades com práticas específicas: 1) a implantação da fronteira científico-tecnológica na core-área (*heartland*) do país; 2) a rápida integração física do território brasileiro [sobretudo a Amazônia e Cerrado]; e 3) a projeção do país no espaço capitalista internacional (BECKER; EGLER, 2003, p. 126).

A integração produtiva do país, via aplicação da teoria dos polos de crescimento de François Perroux, em áreas selecionadas do território (POLAMAZÔNIA, por exemplo), implicou anunciar o avanço da fronteira agrícola-urbano-industrial-mineral-financeira nos lugares considerados sertões. Assim, várias porções regionais da Amazônia e Cerrado voltavam-se à geopolítica dos militares e das corporações. A repressão aos movimentos sociais, a desterritorialização de grupos sociais reativos à expansão do capital, a destruição do bioma e o controle das liberdades individuais e do pensamento foram a base do

exercício de poder sugerido pela Doutrina de Segurança Nacional, para fins de projeção na Amazônia e demais macrorregiões do país.

Na área internacional, em 1978, o governo assinou o Tratado de Cooperação Amazônica, para fins de reforço à soberania territorial e proposição de formas de ocupação produtiva da Amazônia sul-americana. Vale ainda lembrar o acordo de cooperação do Estado brasileiro com a *Japanese International Cooperation Agency* (JICA), que resultou no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), junto ao Centro de Pesquisa de Agricultura do Cerrado (CPCA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para fins de pesquisas de sementes de soja adaptadas ao Cerrado.

Em síntese, entre 1900 a 1985, o ideário geopolítico brasileiro privilegiou os esforços de unidade territorial por meio da centralização geográfica do poder do Estado, de modo a destacar uma melhor gestão territorial do país e expansão da fronteira capitalista em direção aos espaços considerados sertões ou marcados por antagonismos imperialistas com a Argentina.

A imbricação ciência e tecnologia contribuiu para a execução das estratégias geopolíticas. O projeto geopolítico da modernidade, definido por Becker e Egler (2003), não se referia apenas à modernização do território, mas também ao domínio racional técnico e político de setores capitais à inserção do país na nova ordem política e econômica planetária, a partir de 1930.

A industrialização-urbanização e a financeirização do país, articuladas ao projeto autoritário de integração econômica do território, demandavam transformar as Forças Armadas em agente de planificação e gestão dos investimentos nos vetores científico-tecnológicos capitalizados pelas nações imperialistas. Não bastava apenas a “conquista da Amazônia”, era mister uma visão global em que os interesses nacionais fossem posicionados no escopo da geopolítica internacional. Assim, a planificação do território, desde o mandato de Juscelino Kubistchek, afirmou-se como instrumento articulado à Doutrina de Segurança Nacional e de inserção do país na divisão internacional do trabalho. Enfim, foi nesse ambiente que se movimentou a geopolítica do General Golbery do Couto e Silva para a Amazônia, assinala Becker (1988 [2012]).

Em resumo, o planejamento territorial (Plano de Metas, Plano Nacionais de Desenvolvimento e Plano Plurianual de Investimento), a materialização da ocupação e transformação do uso da terra via colonização da Amazônia Legal, o avanço da fronteira agrícola capitalista (na figura da agricultura empresarial, hoje denominada agronegócio), a constituição de uma malha técnica logística, a implantação dos polos industriais e minerais, dentre outras estratégias, alteraram a configuração socioespacial brasileira. A extensão da rede técnico-urbana da *core área* do país rompeu barreiras físico-geográficas e sociais de mercados regionais amazônicos e de territorialidades reativas ao domínio do capital, assim como deixou imenso passivo socioambiental irrecuperável.

A ABORDAGEM GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA A PARTIR DE 1990

A partir de 1990, observa-se um recuo do planejamento estratégico brasileiro e da Doutrina de Segurança Nacional. O fim dos governos militares reduziu o papel das Forças Armadas como protagonista maior na inserção da Amazônia na divisão inter-regional do país e na divisão internacional do trabalho. Empresas multinacionais estatais, sobretudo a Cia. Vale do Rio Doce, foram privatizadas e o projeto político-ideológico da acumulação fordista-keynesiana metropolitana abriu caminho para o projeto neoliberal-financeiro de acumulação capitalista apoiado na revolução tecnológica das comunicações, informática, robótica (inteligência

artificial), neurociência, nanotecnologia, biotecnologia etc. Ao mesmo tempo, verificava-se um olhar diferenciado para o estoque de recursos naturais disponíveis à reprodução social do capital. Assim, neoliberalismo e ideologia do desenvolvimento ambientalmente sustentável passaram a disputar espaços de afirmação nos requisitos em jogo da acumulação de capital, movendo tanto os operadores locais da política no território, quanto os atores internacionais.

Nesse campo de forças políticas e de transformação estrutural do capitalismo internacional, redefiniram-se estratégias de apropriação dos recursos naturais da Amazônia, assim como ganharam visibilidade os conflitos fundiários, a destruição do bioma e o choque entre dois vetores de acumulação de capital, assinalados por Becker (2005). Se o vetor tecnointustrial de raiz desenvolvimentista neoliberal e de menor apreço ao bioma e às populações tradicionais reafirma sua hegemonia, em contrapartida assumiam destaque as forças políticas do vetor tecnoeconômico, associado ao desenvolvimento sustentável e à manutenção das territorialidades tradicionais, tais como indígenas, ribeirinhas, extrativistas, posseiros etc. De fato, mantinham-se os interesses na mineração, agropecuária, industrialização e fluidez técnica do espaço na Amazônia, mas surgiam projetos de proteção ambiental, criação de Unidades de Conservação, demarcação de Terras Indígenas, mercado de carbono e da sociobiodiversidade e a antigeopolítica na forma dos movimentos socioambientais. Por fim, assinalava-se o debate sobre a internacionalização da Amazônia, isto é, a cobiça estrangeira sobre a Amazônia, nos termos de Reis (1973).

A Amazônia posiciona-se com um viés geopolítico no contexto dos requisitos da acumulação capitalista internacional não apenas pelo recorte de territórios produtivos em conflito por direito à terra, mas também por demandas externas em termos dos compromissos do Estado com o desenvolvimento sustentável (Protocolo de Kyoto e Acordo de Paris, por exemplo) e a atualidade do vetor tecnointustrial em lugares e regiões da Amazônia. Assim, há conflitos de ingerência externa nos rumos das políticas do Estado para a Amazônia e conflitos internos decorrentes das territorialidades em disputa por terra, território e recursos.

De fato, há certa tensão entre as políticas de mitigação dos danos ambientais na Amazônia e a permanente problemática de defesa do território frente ao narcotráfico, biopirataria, refugiados de países vizinhos, garimpos ilegais, grilagem, extração ilegal de madeira, a imensa dimensão territorial e às estratégias do Estado quanto à abertura de hidrelétricas, mineração e agropecuária. O problema agrava-se quando os investimentos privados se situam próximos aos territórios indígenas ou visam ao aliciamento de etnias.

À guisa de exemplificação, a *Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas* (2006), em que o direito de exploração dos recursos naturais dos territórios indígenas choca-se com o interesse do Estado na exploração do subsolo, exposta sobremaneira no governo de Jair Bolsonaro.

Art. 3º. Os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 26. Os povos indígenas têm o direito de possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de ocupação ou de utilização, assim como aqueles que de outra forma tenham adquirido.

Outro ponto importante está na geopolítica da biodiversidade proposta no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Amazônia em que a efetivação do vetor técnico-urbano-

industrial-agrícola-financeiro se articula aos reclamos do desenvolvimento socioambiental sustentável. Em face da diversidade sociocultural, ecológica e econômica da Amazônia, uma série de conflitos e de estratégias é requerida para diferentes lugares e problemas socioterritoriais da macrorregião. Isso porque existem áreas mais antropizadas com mais conflitos e outras em que predominam ecossistemas pouco alterados e bem preservados.

A revolução científica e tecnológica nas comunicações, informática e biotecnologia e engenharia genética tem aberto novas possibilidades de apropriação da fronteira de recursos naturais da Amazônia em termos de biodiversidade, recursos hídricos, florestas, mineração e saberes culturais. Assim, a dinâmica da fronteira amazônica tem sido requalificada por novos atores e novos conflitos territoriais, que se superpõem aos antigos conflitos fundiários entre as populações tradicionais e aos interesses de pecuaristas, madeireiras, mineradoras e grileiros.

A ideia do ZEE não é tornar intocáveis os recursos naturais e sociais da Amazônia, mas superar a trajetória de exploração predatória do meio ambiente (pelo menos, no discurso oficial) e respeitar os direitos de comunidades tradicionais, tais como ribeirinhos extrativistas, quilombolas, etnias indígenas, dentre outros.

Hoje, o agronegócio da cadeia grãos-carne e a mineração são suportes à exportação de *commodities* brasileiras e garantem a expansão da fronteira, sobretudo na porção centro-sul e nordeste da Amazônia e em áreas do Cerrado. Empresas multinacionais do agronegócio e do setor de mineração protagonizam os conflitos com as populações tradicionais no direito à apropriação dos recursos naturais, bens comuns indispensáveis aos povos amazônidas. Na outra ponta, verifica-se a mercantilização da natureza com a utilização das funções dos ecossistemas e estoques florestais (mercado do ar e da biodiversidade) e hídricos (mercado da água), para fins de geração de renda capitalista, conforme Becker já sinalizara (2005).

O desafio ecológico, portanto, coloca-se no embate entre a garantia do direito às territorialidades mais à margem da reprodução capitalista e a apropriação dos recursos naturais disponíveis por atores distintos. A envolver os dois campos de forças geopolíticas, que se projetam na Amazônia, há ainda os requisitos da integração regional sul-americana e territorial brasileira em novas redes de conectividade socioespacial, conforme destaca o ZEE-Amazônia (2010, p. 29), que, por sua vez, anuncia fortes impactos socioambientais e a consolidação de novos corredores de exportações em direção ao Atlântico e ao Pacífico. Novas conexões globais redesenham os espaços em disputa e a agenda da sustentabilidade. Para tanto, um leque de políticas foi formulado durante o governo Lula:

- 1) O Plano Amazônia Sustentável. Reforço da intervenção do Estado no fortalecimento de diálogo intergovernamental com países sul-americanos e governos estaduais; garantia de direitos dos povos indígenas e populações tradicionais; ampliação de Arranjos Produtivos Locais em cadeias sustentáveis e regularização fundiária;
- 2) Política Nacional de Ordenamento Territorial. Soberania nacional sobre patrimônio natural; integração nacional e sul-americana com a valorização da diversidade econômica e socioambiental e cultural; controle de áreas de fronteiras e espaço aéreo; modernização da logística espacial do país;
- 3) Política Nacional de Defesa. Atuação das Forças Armadas na integração e no controle do território brasileiro como instrumento de defesa e regulação dos interesses da nação;
- 4) Política Nacional sobre Mudança Climática. Compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa;

- 5) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e IIRSA. Investimentos em projetos hidrelétricos e de transporte multimodal com fortes impactos sobre a conservação e uso sustentável dos recursos sociais e naturais;
- 6) Lei nº 11.962 de 2009, que trata do Programa Terra Legal de regularização fundiária, sobretudo na Amazônia;
- 7) Planos de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado;
- 8) Plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da rodovia BR-163.
- 9) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade;
- 10) Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

De certa forma, a geopolítica do governo Lula ocupava espaço deixado pela proposta de planejamento estatal do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os programas *Brasil em Ação* (1996-1999) e *Avança Brasil* (2000-2003) contribuíram para as diferenças intrarregionais e anunciaram a incorporação de novas áreas da região à integração produtiva do território brasileiro, à política de integração regional na América do Sul e à divisão internacional do trabalho.

Os projetos ligados ao *Brasil em Ação* destinaram-se à recuperação das rodovias BR-364 e BR-163 (Cuiabá-Santarém); à pavimentação da BR-174 (Manaus-Boa Vista); à implementação da Hidrovia do Madeira, sob gestão do Grupo Amaggi; ao gasoduto do Coari-Urucu-Manaus; e aos investimentos em linhas de conexão entre a hidrelétrica de Tucuruí, Altamira e Itaituba. Já o *Programa Avança Brasil* concentrava os investimentos em corredores de transportes multimodais a conectar hidrovias e rodovias em áreas de fragilidade socioambiental, tais como a abertura da hidrovia Tocantins-Araguaia (em 2017 o projeto estava parado) e da hidrovia Teles Pires-Tapajós (ainda em projeto no ano de 2018), para fins do escoamento da produção de grãos e madeira em direção aos portos da Amazônia Legal, sobretudo.

Os investimentos logísticos supracitados faziam parte das estratégias dos *Eixos de Integração e Desenvolvimento* (EID) inseridos no *Programa Brasil em Ação*. Na Amazônia, a proposta dos EIDs significava a definição de recortes espaciais privilegiados em termos de sistemas logísticos e de potencial produtivo capazes de estimular conexões regionais na divisão internacional do trabalho, a despeito da problemática socioambiental e dos conflitos fundiários previstos pelos investimentos em obras nos selecionados corredores de exportação.

No entanto o *Programa Avança, Brasil* previa uma regionalização em que os projetos logísticos seriam aplicados. Para a Amazônia foram definidos os recortes regionais dos eixos Arco-Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins e Oeste. O primeiro eixo envolvia Roraima e Amapá e a área de influência da rodovia BR-156 no Amapá e a interligação rodoviária com as três Guianas. O segundo eixo relacionava-se à hidrovia do Madeira e aos gasodutos de Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus, assim como a pavimentação da BR-364 e a melhoria no transporte aéreo e portuário de Manaus, Porto Velho e Santarém. O terceiro eixo associava-se ao corredor intermodal (hidrovia-ferrovia-rodovia-porto) de articulação da produção de grãos do Cerrado do Centro-Oeste e de exploração mineral do Pará em direção ao porto de Itaquí, no Maranhão. O quarto eixo integrava a produção de grãos da Chapada dos Parecis até a hidrovia do Madeira, por meio da rodovia BR-364, em direção ao porto de Porto Velho (RO); desde esse local, via rio Madeira, até o porto de Itacoatiara (AM), assinala Egler (2001). Observa-se, portanto, uma proposta de planejamento territorial voltada à inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho a partir da produção de *commodities*.

A despeito da preocupação ambiental e dos compromissos internacionais, a geopolítica do Estado para a Amazônia resultou em diversos conflitos fundiários, expansão das ocupações e assentamentos rurais, criação de Unidades de Conservação e demarcação de Terras Indígenas. Se durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso houve intensa mobilização dos movimentos sociais em especial para acesso à terra, nos governos de Lula e Dilma verificou-se uma desmobilização relativa por conta das alianças políticas. A narrativa político-ideológica e popular do Partido dos Trabalhadores influenciava e apoiava a ação dos movimentos sociais no campo, o que resultava em menor militância contra o governo federal. Ao mesmo tempo, a agenda dos direitos humanos associada ao ambientalismo trazia argumentos, narrativas e estratégias de redes políticas de *r-existência dos movimentos sociais* com apoio de organismos internacionais e a desconfiança do Estado em face ao temor histórico da intervenção internacional na Amazônia.

Hoje, para as Forças Armadas, a estratégia geopolítica na Amazônia, traduzida na proposta de planejamento regional sustentável, decorre do posicionamento do país na globalização e dos problemas internos de posse da terra, exploração de recursos florestais, ação de movimentos sociais, investimentos em logística de integração física nacional e sul-americana, soberania do Estado sobre exploração de recursos hídricos e minerais, dentre outros.

Uma das questões geopolíticas de destaque na Amazônia é a da água. Em linhas gerais, a distribuição da água na sociedade moderna ocorre da seguinte forma: 8% para consumo doméstico, 70% para agricultura/pecuária e 22% utilizada pelas indústrias. A Amazônia possui não só o maior aquífero do mundo, o Alter do Chão, como detém 14% da água doce do planeta. Dos recursos hídricos mundiais, a Amazônia responde por 36,6% dos recursos da América do Sul, e 71,1% do total dos recursos hídricos do país. Somadas as bacias hidrográficas do Cerrado e da Amazônia, observa-se a relevância para a sustentabilidade econômica e social do Brasil. Além disso, as reservas hídricas são fundamentais para a manutenção da sociobiodiversidade da Amazônia e do Cerrado. Em contrapartida, a soberania nacional e as políticas de Estado voltadas à preservação ecológica das bacias hidrográficas são cruciais para a reprodução ampliada do capital. Em resumo, tem-se um campo de forças antagônicas em torno da valoração da água como um bem de direito social universal e da água como mercadoria que tende a valorizar-se pela sua escassez, asseguram Barros e Amim (2015, p. 15).

De certo modo, Travassos (1935) já reconhecera a importância das bacias hidrográficas brasileiras como vetores estratégicos de uma geopolítica sul-americana, à medida que a Amazônia se torna o *heartland* e desloca Bolívia e Paraguai na geopolítica continental. O controle das bacias oceânicas e bacias interiores do continente sul-americano assume um papel decisivo nos rumos do discurso do desenvolvimento sustentável, de apropriação dos recursos da biodiversidade e de inserção da Amazônia em novos circuitos de acumulação capitalista capitaneados pela biotecnologia e pela biologia molecular. A requalificação da Amazônia como fronteira natural traduz-se em um recurso de poder sem equivalente no planeta. O aproveitamento dos recursos hídricos e minerais, assim como da biodiversidade e da bioindústria de produção de fitofármacos ou fármacos derivados, abre janelas de oportunidades do valor estratégico da Amazônia e de conflitos territoriais diversos.

Diante do avanço do vetor de acumulação de capital industrial-financeiro, como efetuar a exploração capitalista da Amazônia, sob a égide da industrialização, mineração e agropecuária, sem prejuízo do acesso à água para as populações futuras e à biodiversidade? O relatório do *Manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia do rio Amazonas considerando a variabilidade e a mudança climática*, de 2015

aponta duas problemáticas em curso: 1) a demanda rural em torno da agropecuária, do garimpo (poluição dos rios) e do desflorestamento; e 2) a demanda urbana de saneamento básico, produção industrial e poluição dos rios. A abrangência da dimensão territorial da Amazônia requer esforços tanto do Brasil quanto de países sul-americanos e amazônicos, sobretudo no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Dentre todas as ameaças à Amazônia Legal, o avanço do agronegócio brasileiro posiciona-se como maior razão para o desmatamento regional e tradutor dos conflitos fundiários.

Atualmente, a geopolítica estatal da Amazônia concentra esforços na expansão da fronteira capitalista do agronegócio e da mineração, sobretudo, e no controle territorial das fronteiras e do espaço aéreo e cibernético pelas Forças Armadas. De certo modo, as políticas de consolidação e integração regional na América do Sul e de integração físico-econômica da Amazônia à dinâmica capitalista nacional e internacional, propostas pelos programas *Brasil em Ação* (1996-1999), *Avança, Brasil* (2000-2003), *Plano Amazônia Sustentável* (2008; 2020-23) e *Integração da Amazônia Sul-Americana* e, mais recentemente, o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) e o *Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia* (2010), revelam a velha problemática amazônica: atender tanto aos reclamos dos movimentos sociais de *r-existência* de formas socioprodutivas ambientalmente sustentáveis quanto garantir a soberania territorial do Estado na promoção do desenvolvimento capitalista da Amazônia.

A expansão das ONGs ambientalistas, a constituição de redes políticas multiescalares dos *Povos da Floresta* (índios, seringueiros, castanheiros etc.) e os acordos do país na *Agenda 21 de Desenvolvimento Sustentável Global* (1992) e na *Agenda 21 Brasileira* (1997) têm sido obstáculos relativos à construção de usinas hidrelétricas, rodovias e hidrovias, à exploração de recursos minerais e à expansão do agronegócio da soja e da pecuária bovina. O retorno às políticas desenvolvimentistas choca-se com os interesses de conservação socioambiental. As florestas, as águas, o subsolo, a fauna e as terras têm sido os recursos de poder em disputa. Há ainda interesses capitalistas travestidos do ideário de conservação da sociobiodiversidade, de modo a estabelecer cadeias produtivas inovadoras apoiadas na biodiversidade regional e nos saberes ecológico-culturais dos povos amazônidas.

Se a geopolítica trata da relação entre espaço e poder, desvela-se um campo social de forças antagonicas. Tem-se a geopolítica do Estado e grupos capitalistas na tomada de decisão sobre o uso do território amazônico; em contrapartida, emergem as antigeopolíticas dos movimentos socioambientalistas que lutam pela manutenção de diversas geo-grafias socioambientais territorializadas de conservação dos recursos naturais, tais como a agricultura ribeirinha na várzea do rio Amazonas e a agricultura familiar de beira de estrada feita por pequenos produtores. Assim, a Amazônia é, em síntese, palco de diferentes projetos geopolíticos em disputa. Falar em geopolítica na Amazônia é, de fato, levar em conta diversas geopolíticas em tensão e confronto. Diante da globalização contemporânea, a Amazônia tem sido transformada em uma *floresta urbanizada*, nos termos de Bertha Becker, em que os povos oprimidos da Floresta continuam sendo vítimas da opressão/violência pública e privada, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA).

Dentre todas as estratégias geopolíticas para a Amazônia, a que se considera ponto de partida para as disputas territoriais em jogo é a logística espacial de integração física da Amazônia em escalas nacional e sul-americana. A partir das redes técnicas, a extensão da rede urbana nacional e a integração psicossocial dos sertões amazonenses à modernização autoritária e conservadora asseguram papéis decisivos nas transformações socioespaciais em curso na região.

O telégrafo, o Projeto Rondon e a Radiobrás – Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ajudaram a difundir a ideia de integração nacional. Atualmente, as redes de televisão e as redes sociais da internet assumem o papel de difusão da modernidade/urbanidade na Amazônia. As rodovias, que foram alvo centrado do planejamento territorial dos governos militares, mantêm *status* estratégico, seja na política dos *Eixos de Integração e Desenvolvimento* (EIDs), seja nos projetos de execução da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). As artérias multimodais constituem o requisito básico de aceleração da produção e exportações de grãos e carne do Cerrado e da Amazônia para os países europeus e asiáticos, assim como de exploração dos recursos minerais em condições de competição globalizada. Assim, novos corredores de exportação se afirmaram na Amazônia, a despeito dos movimentos ambientalistas: pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém), Hidrovia do Madeira, pavimentação da BR-319 (Porto Velho-Manaus), BR-156 (Brasil-Guiana), dentre outros. Muitas dessas iniciativas visam confirmar corredores de exportação em direção aos oceanos Atlântico e Pacífico.

De acordo com Hervé Théry (2005, p. 45), os novos eixos logísticos redefiniram o papel da Amazônia: de periferia do Brasil a centro do continente. Assim, nota-se ainda a influência da teoria do *heartland*, de Mackinder, da geopolítica continental brasileira de Mario Travassos e do ideário *Pan-amazônica*, do General Carlos Meira Mattos, que visava a “o despertar das forças interiores da continentalidade sul-americana [...] a partir das três frentes de abordagem: o Atlântico, o Planalto Brasileiro e as vertentes dos sistemas das Guianas e dos Andes” (MATTOS, 1980, p. 159). Nesse sentido, a IIRSA cumpre bem o papel de inserção da Amazônia em uma escala continental de apropriação dos recursos naturais e de alianças políticas hoje representadas pela *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica*, com sede em Brasília, cuja estratégia é a de constituir uma governança transnacional.

No tocante à soberania nacional, durante os governos petistas, a geopolítica estatal da Amazônia reafirmava o papel das Forças Armadas, já que os dilemas socioambientais e políticos não eram apenas regionais, mas também internacionais. A presença de guerrilhas, de refugiados, do narcotráfico, do imperialismo americano, das ONGs a serviço de corporações, de garimpos ilegais na fronteira e de biopirataria, assim como o debate do desenvolvimento sustentável, torna a Amazônia suscetível a conflitos transnacionais e à demanda de controle territorial de suas fronteiras. Reduzidas as tensões geopolíticas no Cone Sul, a partir do Mercosul, o Estado brasileiro voltou-se às fronteiras do Norte do país. Assim, de acordo com a Política Nacional de Defesa-Estratégia Nacional de Defesa (2013, p. 13):

- 1) Como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.
- 2) O planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul.
- 3) A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias.
- 4) A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e à

integração da região. O adensamento da presença do Estado e das Forças Armadas ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Uma das estratégias das Forças Armadas, traduzida na Política Nacional de Defesa, ocorreu nos esforços de constituição do *Sistema de Vigilância e de Proteção da Amazônia* (SIVAM/SIPAM, 2002), para fins de controle do espaço aéreo regional. O SIPAM é, de fato, uma rede de satélites formada por uma base tecnológica e uma rede institucional de comando e articulação das informações obtidas. O SIVAM é resultado na revolução da informática e das telecomunicações na compressão espaço-tempo. De fato, o SIPAM atualiza o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), que se destinava ao levantamento de recursos naturais. Não bastava somente a rede de rodovias a integrar a Amazônia; era preciso melhorar o controle do espaço aéreo. Os altos custos de construção e manutenção das rodovias e os conflitos fundiários e ambientais decorrentes da abertura de artérias rodoviárias colocavam em xeque estratégias das Forças Armadas de controle territorial das fronteiras amazônicas.

O SIVAM-SIPAM também atualiza a valoração da Amazônia pelo Comando da Aeronáutica: “de imenso e rico patrimônio natural em processo de devastação”; para “[...] plataforma de investimentos, produtora de riqueza e propiciadora de desenvolvimento e bem-estar social sustentável” (BRASIL, 1995). O SIPAM também está a serviço de estratégias de cooperação sul-americana em áreas de fronteiras entre os países amazônicos. O Centro Gestor e Operacional do SIPAM (CENSIPAM) anunciou, em 2012, parcerias com países da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) em torno de um Plano de Defesa Sul-Americano. Em 2013, em Manaus, os países da UNASUL debateram a possibilidade de gerenciamento de áreas especiais da Amazônia e serem definidas. O esvaziamento e fim anunciado da UNASUL e a criação do PROSUL – *Foro para o Progresso da América do Sul* (2019), de natureza ideológica neoliberal, deve reformular as políticas de gerenciamento territorial da Amazônia em detrimento de alternativas socioecológicas de conservação do meio ambiente.

O SIVAM integra-se, ainda, ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, dentre outros. As instalações militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica visam formar um cordão de proteção regional da Amazônia que conta ainda com o apoio da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No entanto, a geografia física da Amazônia, os 17 mil quilômetros de fronteira, a pobreza social e a corrupção de órgãos públicos, a falta de estrutura e de efetivo dificultam o combate ao tráfico de drogas, à biopirataria e aos garimpos ilegais.

No caso do tráfico de drogas, uma rede socioterritorial define conexões com populações locais empobrecidas, administração pública, aeroportos e portos ilegais, sistema bancário, cidades gêmeas (Tabatinga e Letícia, por exemplo) etc., a definir dois circuitos espaciais justapostos e multiescalares (superior e inferior), nos termos do geógrafo Milton Santos. A trama política em redes do tráfico de drogas na Amazônia é rizomática, globalizada e com várias linhas de fuga contra a ação das forças oficiais do Estado. Apesar do papel das Forças Armadas e do SIVAM/SIPAM, a bacia hidrográfica é a grande via de escoamento e circulação da cocaína. A fiscalização tem sido mais intensa nas fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos, sobretudo em áreas do Projeto Calha Norte. Uma política de combate ao tráfico de drogas na Amazônia demanda, dentre várias, uma política de combate à pobreza,

à corrupção e à intensificação dos instrumentos de monitoramento e controle territorial por parte das Forças Armadas e outras forças federais de segurança.

Em suma, o Plano Nacional de Defesa (2013, p. 17) confirmava geopolíticas de controle do espaço aéreo (SIVAM-SIPAM) e territorial (Projeto Calha Norte) e de constituição de alianças regionais, na forma da OTCA, União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Nesse sentido, a Amazônia ganhava um relevo especial nas estratégias do Estado:

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais. Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. Deverá o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou na guerra. (p. 28). A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença. (2013, p. 29).

Ao se observar as estratégias das Forças Armadas, o *Programa Calha Norte* renova sua importância geopolítica. Criado em 1985, no governo José Sarney, para fins de militarização da fronteira norte do país, em 2018, o projeto envolvia 379 municípios distribuídos entre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, em uma área correspondente a 44% do território brasileiro. Além de uma atuação de desenvolvimento regional (construção de estradas, escolas, hospitais, energia elétrica etc.), a vertente militar de defesa da soberania territorial nacional assegura o papel das Forças Armadas alinhado às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012).

Os *Relatórios Situacionais do Departamento do Programa Calha Norte* (Ministério da Defesa) apontam uma direção dos investimentos mais para ações de desenvolvimento social do que militar e, por consequência, confirmam a presença do Estado em áreas carentes de serviços e de mobilidade espacial e ainda consideradas vazias demográficas e de espraiamento de ilícitos transfronteiriços e ambientais (tráfico de drogas, garimpos ilegais, biopirataria, invasão de terras indígenas etc.). De fato, a consolidação de núcleos populacionais e de vias de acesso funciona como diretrizes de controle territorial da fronteira.

Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro instituiu, via Projeto de Lei, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PDRA) para o período de 2020-2023. De fato, é uma versão atualizada do que já fora aprovado no governo de Lula. O PDRA abrange a área de influência da SUDAM e tem como objetivo central reduzir as desigualdades regionais do país. Os recursos disponíveis ao PDRA situam-se no orçamento dos estados da Amazônia Legal, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), incentivos fiscais e tributários, programas de desenvolvimento de instituições financeiras internacionais e federais. Aliado às diretrizes

de integração competitiva de lugares e regiões na globalização neoliberal e dos reclamos ambientais, o PDRA elenca uma série de estratégias, a saber:

- A integração econômica da Amazônia Legal com o mercado nacional e global;
- Integrar e diversificar a base produtiva e o adensamento das cadeias produtivas;
- Valorizar a biodiversidade amazônica como elemento indutor do desenvolvimento regional;
- Verticalizar a indústria minero-metalúrgica, da pesca, da aquicultura e da agropecuária;
- Desenvolver a bioindústria;
- Incentivar a agricultura de baixo carbono, os serviços ambientais e o uso sustentável dos produtos florestais, madeireiros e não madeireiros, o ecoturismo e o turismo de base local;
- Fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental, de modo a propiciar a integração regional e nacional;
- Fomentar ações integradas entre o Governo e a iniciativa privada para superar a carência de infraestrutura em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana, telecomunicações e sistemas de armazenagem;
- Promover a regularização fundiária urbana e rural;
- Promover a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono, com mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Promover o ordenamento territorial por meio do zoneamento ecológico econômico;
- Assegurar a preservação da biodiversidade, a redução do desmatamento e o uso sustentável dos biomas da região;
- Fortalecer as unidades de conservação e melhorar a gestão dos recursos hídricos por meio de zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial, regularização fundiária, monitoramento, fiscalização e manejo dos ecossistemas florestais, além de aprimorar a gestão pública, ampliar e fortalecer os conselhos gestores nas unidades de conservação;

Observa-se, portanto, a confirmação de um planejamento estratégico voltado a dois eixos principais: 1) maior inserção competitiva da Amazônia na divisão internacional do trabalho; 2) e abertura de políticas ambientais voltadas ao vetor de acumulação tecnoeco(lógico). O difícil é conciliar diretrizes antagônicas, sobretudo quando se pensa nas declarações do ministro do Meio Ambiente e do próprio presidente Jair Bolsonaro. O ódio aos movimentos ambientais, às Organizações não Governamentais (ONGs), o desrespeito para com as Terras Indígenas e suas populações, a recusa dos dados científicos acerca do desmatamento e a intenção de diminuir as áreas das Unidades de Conservação nos fazem crer que o PRDA é “para inglês ver”.

De qualquer modo, hoje em dia, pensar em qualquer proposta geopolítica para a Amazônia Legal requer levar em conta:

- A implantação de redes telemáticas e a consolidação da logística espacial de integração físico-econômica nacional e sul-americana;
- O controle territorial das fronteiras e do espaço aéreo e cibernético pelas Forças Armadas;
- A consolidação da integração econômico-financeira do território;
- A urbanização como base psicossocial de afirmação de valores da sociedade capitalista;
- Uma aproximação com os reclamos da ideologia do desenvolvimento socioambiental sustentável;
- A reafirmação do discurso político-ideológico de soberania territorial em face das interferências políticas internacionais e dos interesses externos sobre o patrimônio da sociobiodiversidade regional;

- Assumir os conflitos fundiários entre as alternativas socioprodutivas não capitalizadas e os interesses de madeireiras, mineradoras, grileiros, Estado, corporações industriais, pecuaristas, agronegócio da soja etc.;
- Consolidar as Unidades de Conservação e territorialidades diversas, como seringalistas, quilombolas, ribeirinhos, etnias indígenas, dentre outras.

No que tange às Forças Armadas, a geopolítica para a Amazônia implica uma relação entre o planejamento estratégico, na forma do PRDA, e as diretrizes do território em face dos problemas já sinalizados e das pressões de movimentos socioambientais nacionais e internacionais. Assim, redefine-se a relação entre a dimensão econômica do Estado e das corporações, as estratégias das Forças Armadas e a visibilidade da reação antigepolítica à apropriação capitalista da Amazônia em sua face altamente excludente e concentradora. Interesses antagônicos fazem o campo de forças nem sempre anunciar consenso. Ainda não há sinal de conciliação entre políticas desenvolvimentistas e ambientalismo na Amazônia. No ponto de vista geopolítico o que continua a ter relevância e consenso na Amazônia, desde os governos militares, é a defesa do território fronteiro amazônico, visto que se verifica a incidência de diferentes naturezas de ameaças com imenso potencial de danos ambientais, políticos e econômicos, assinala Abreu (2018, p. 15). As Forças Armadas, por isso, reafirmam sua importância no tabuleiro das decisões políticas sobre a Amazônia, sobretudo no que se refere a questões voltadas à inteligência, à diplomacia nacional e à segurança regional.

OS DILEMAS DA ANTIGEPOLÍTICA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Vale lembrar que a Amazônia possui a presença de campos de forças políticas diversas, e não é espaço exclusivo da ação estatal, estratégico-militar, ou de ações econômicas das corporações. Muito antes dos processos de (re)ocupação por diversos processos político-econômicos iniciados após os processos coloniais no Brasil, a Amazônia era terra, espaço de vida de centenas de povos nativos, que a seu modo constituíam formas de relações sócio-políticas e econômicas. Assim, é preciso entender que a força das populações amazônicas, em contraponto à geopolítica das Forças Armadas, do Estado e das corporações emerge como antigepolítica dos movimentos sociais que a produzem, os quais, por inúmeras vezes têm colocado em xeque e confrontado os interesses hegemônicos presentes na ocupação militar e produtivo-capitalista da Amazônia.

Neste contexto, em determinados momentos, a velocidade de expansão da fronteira capitalista e da consolidação da logística espacial começa a ter limitadores, em função do movimento das comunidades étnicas nativas na pressão por demarcação de Terras Indígenas, por definição de territórios quilombolas, criação de Unidades de Conservação (Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas etc.), bem como pela organização de milhares de assentamentos rurais a partir das lutas camponesas na Amazônia. O papel das ONGs ambientalistas, partidos políticos, professores e estudantes, artistas, sindicatos, CPT, Associações Indígenas, Movimentos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, etc. são importantes nesse processo, pois fazem a expressão das lutas visíveis ao Estado brasileiro, à sociedade nacional e à comunidade internacional.

As antigepolíticas da força dos movimentos sociais exercem um papel crucial à defesa dos povos e das diversas territorialidades amazônicas em busca de relações mais sustentáveis com o bioma do que aquelas que se estabelecem a partir da aniquilação do bioma e confinamento

ou exclusão dos povos nativos e visam à produção em larga escala de *commodities* que atendem ao mercado global (madeira, minérios, grãos e carne). Os povos amazônidas, em sua diversidade, movimentam-se e as estratégias aparecem na luta por territórios naturais protegidos, por terra-território como lugar de vida e existência e pela agroecologia.

O processo antigeopolítico pode ser visualizado essencialmente na luta por terra. Uma das consequências registrou-se entre 1988 e 2016, quando ocorreram 936 ocupações de terras na Região Norte, envolvendo 120.101 famílias. Já o número de assentamentos rurais, entre 1979 e 2016, foi de 2.171 com envolvimento de 505.056 famílias (DATA LUTA, 2017). Como um dos protagonistas dessa conquista e das ações da antigeopolítica figura o Movimento dos Sem Terra, que na atualidade está em preocupante ausência de manifestação. Nos últimos cinco anos, as estratégias de ocupação de terras e movimentação política têm decrescido significativamente. Essa paralisia pode ter relação com os discursos e práticas truculentas do campo político de ação da extrema-direita representada por grandes latifundiários ou grandes proprietários no país, que têm se organizado utilizando sindicatos rurais, federações de agricultura ou pecuária. Para tanto, têm-se exercido constante pressão sobre representações legislativas municipais, estaduais e federais e mesmo sobre o poder executivo dos entes federados, bem como sobre o sistema judiciário, alterando marcos legais de direitos. Além disso, há, por parte dos latifundiários, um recrudescimento da violência empregada contra as lideranças e participantes dos movimentos na Amazônia, em especial de indígenas, quilombolas e sem terras.

Na contramão dos interesses dos povos tradicionais da Amazônia, de acordo com Cunha (2019), da parte do Estado brasileiro, durante o governo Lula foi lançada a Política de Regularização Fundiária da Amazônia (PRFA) para fins de titulação de ocupações irregulares promovidas por pessoas físicas em terras federais. No entanto, a política foi acusada de estimular a grilagem e a concentração de terras, além de não visar ao uso socioambiental da terra. Em 2017, a PRFA sofreu mudanças no governo de Michel Temer, intensificando o processo de liquidação danosa dos bens públicos. Levando-se em conta o perfil neoliberal das mudanças ocorridas no atual governo Bolsonaro, é provável que se mantenha a PRFA nos termos do governo de Michel Temer, de modo a expandir a privatização de terras públicas e a apropriação latifundiária.

Outro palco de disputas de poderes na Amazônia gira em torno das Unidades de Conservação. Em linhas gerais, a despeito da importância da criação de Unidades de Conservação na Amazônia, uma série de problemas fundiários se verifica e configura essas áreas como campo de forças de territorialidades em disputa por poder e direitos diversos. As Unidades de Conservação são também cenário para normatização de formas diversas de relações sociais e de apropriação da sociobiodiversidade regional.

Algumas experiências de criação de Unidades de Conservação não se inscrevem em ação de grupos ambientalistas, mas de uma agenda política oficial, para fins de aproximação discursiva com populações tradicionais e de captura de recursos financeiros em escala global, assinalam Villarroel e Toni (2012, p. 97). O modelo das *Reservas de Desenvolvimento Sustentável* tem um viés notadamente financeiro, em detrimento do cuidado e fortalecimento das populações tradicionais nele inseridas, sobretudo no quesito levantamento fundiário.

O *Programa Zona Franca Verde* do governo do Amazonas funciona como uma agenda ambiental oficial que envolve a criação de Unidades de Conservação, o *Programa Bolsa Floresta*, cujo objetivo é fornecer benefícios aos residentes das UCs estaduais em troca do incentivo à conservação ambiental. A *Fundação Amazônia Sustentável* entra no jogo político como executora do *Programa Bolsa Floresta* e dos recursos a ele destinados. Em suma,

no caso do Amazonas, o Tribunal de Contas do Estado elencou uma lista de problemas das Unidades de Conservação: 1) insuficientes recursos para a gestão; 2) ineficiente regularização fundiária; 3) recategorização, redelimitação e adequação de unidades de conservação; 4) deficiente monitoramento das UCs; 5) baixo uso público das UCs; 6) marginalização das UCs nas políticas públicas estaduais; 7) fraca legitimação das UCs perante as comunidades tradicionais e sociedade em geral, conforme resume Lima (2019).

Outro problema das Unidades de Conservação da Amazônia é a legitimação de um capital simbólico coletivo associado aos povos tradicionais e ao ideário socioambiental como estratégia de extração de renda executada por corporações para fins de vantagens competitivas no âmbito do giro neoliberal da globalização. Assim, estabelecem-se parcerias com populações tradicionais para apropriação da biodiversidade regional e do uso discursivo da importância da manutenção da floresta em pé, da redução das emissões de carbono e da certificação ambiental das mercadorias junto aos consumidores mais preocupados com os dilemas socioambientais. Para tanto, configuram-se redes políticas em que, em torno das Unidades de Conservação, participam corporações, populações tradicionais, universidades, institutos e fundação de pesquisa, Embrapa, cooperativas de produtores extrativistas, poder público etc., conforme apontam Costa e Lira (2019). Um dos problemas dessa rede política é a precarização das condições de vida das populações tradicionais inseridas em cadeias produtivas capitalistas e a dificuldade de empoderamento da reprodução social de grupos sociais diversos.

Enfim, a luta contra o Estado, ONGs capitalistas, empresas, fazendeiros, madeireiras, sindicatos pelegos etc. continua, apesar de assimétrica quanto aos recursos humanos, financeiros, técnicos, jurídicos e informacionais e pela própria dificuldade logística dentro do contexto da Amazônia. Aceitar, portanto, o discurso ecológico do Estado, junto à comunidade internacional, às organizações internacionais e aos movimentos sociais, é uma ingenuidade.

O Estado, da forma como está disposto e atua, está a serviço da geopolítica de consolidação da fronteira capitalista na Amazônia e utiliza sua força política, econômica, organizacional e jurídica para a consolidação desses interesses, em detrimento de alternativas sustentáveis dos povos que nela habitam. Por onde atua, o Estado brasileiro, através de seus diversos entes federados, a grande marca que deixa através das políticas é o de tornar os indígenas, os ribeirinhos, os posseiros, os sem-terra, os migrantes interurbanos como proletários marginalmente inseridos na vida capitalista que, a qualquer momento, podem ser destituídos de seus espaços de vida e territórios em prol de grandes empreendimentos ou processos econômicos capitalistas interligados globalmente.

Ocorre que é preciso observar o Estado como tomado por interesses capitalistas, cujos interesses corporativos do agronegócio da produção de grãos e carne, da mineração, da exploração florestal e dos empreendimentos de energia se sobrepõem às questões sociais ou ambientais. E o Estado assim o faz, pois quem assume sua representação e exercício são os operadores locais, do capitalismo, representados sobremaneira pelos legislativos municipais, estaduais e federais, bem como em especial pelo poder executivo de municípios e estados da Amazônia Legal ou suas Superintendências.

Estado e corporações, ao inserir um processo de desenvolvimento exógeno e com função voltada ao externo, são os principais responsáveis pelos passivos socioambientais na Amazônia por meio dos estímulos ao agronegócio latifundiário (monocultura de grãos, cana, pecuária, eucalipto, etc.) em detrimento da produção de alimentos pela agricultura familiar e sua estruturação. Os desafios são múltiplos: 1) a forte presença de madeireiras, pecuaristas e agricultura capitalizada em diversas Amazonas; 2) a intensa atuação político-ideológica discriminatória

da Bancada Ruralista do Congresso Nacional notadamente contra os interesses das populações tradicionais; 3) a interdição das demarcações de terras indígenas; 4) os conflitos em torno do Código Florestal, em especial para aumento do tamanho da área a ser desmatada e anistia aos crimes ambientais; 5) os conflitos pela apropriação de riquezas minerais em territórios indígenas diante da soberania do Estado na exploração do subsolo brasileiro; 6) a especulação fundiária, invasão de Unidades de Conservação e grilagem; 7) os impactos ambientais de grandes obras públicas, notadamente de usinas hidrelétricas e abertura de estradas; e 8) a expansão do discurso de defesa da chamada *economia verde (ambientalismo de mercado)* confirmam a importância da luta por novas antigeopolíticas que contemplem o direito ao território para as comunidades tradicionais indígenas ou não indígenas nas diversas Amazonas.

Quando se analisa o *Boletim Amazônia – Indicadores Socioeconômicos Ambientais e Análise Conjuntural da Amazônia Legal*, de 2016, verifica-se que à agricultura familiar, com um total de 3.589 assentamentos, foi dada pouca relevância nos convênios e termos de execução firmados na Amazônia Legal entre 2008 e 2013: apenas 5% dos recursos foram destinados à agricultura familiar. Enquanto a infraestrutura obteve 44%, o desenvolvimento local 17%, a rubrica da Ciência e Tecnologia 13% e outros de aplicação diversas com 21%, conforme dados da SUDAM (2016, p. 42).

A visível opção pela produção comercial de larga escala na Amazônia pode ser observada em especial na pecuária bovina. Em 1995, o rebanho bovino da Amazônia Legal contava 37 milhões de cabeças (23% do total nacional), e, em 2016, esse montante subiu para 85 milhões (40% do rebanho brasileiro). Esse aumento substancial em onze anos coincidiu com registros de violência e conflitos pela terra na Amazônia. Além disso, pode-se inferir que a ocupação e o uso do solo para pastagens destinadas à pecuária possuem relação direta com o desflorestamento e disputas por terras na Amazônia, bem como trouxe enorme degradação dos recursos hídricos com extinção de nascentes, assoreamento de córregos e rios e impactos graves à biodiversidade aquática e à ictiofauna que afetaram a vida e alimentação de comunidades indígenas e ribeirinhos.

Nesse contexto a expansão da área de produção de soja, que alcançou o patamar de 4,5 milhões de hectares na safra 2016/2017, tendo um crescimento de 300% na última década. Os números evidenciam a pecuária e a agricultura de grãos como principais produtos a exportação, nesse caso, impulsionadas pela demanda chinesa. As atividades calcadas no latifúndio são as principais responsáveis pela destruição da sociobiodiversidade da Amazônia.

Entre 1988 e 2017, a área desmatada de 428.398 km² é quase o tamanho do território da Suécia (447.435 km²), conforme dados do PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Os estados do Pará (34%), Mato Grosso (33,3%), Rondônia (13,8%) e Maranhão (5,8%) lideram as taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal. A consolidação do modelo primário-exportador da Amazônia deverá intensificar o processo de desflorestamento regional, em direta relação com o aumento das demandas externas por grãos e carne.

No dia 24 de setembro de 2019, em discurso na ONU, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, questionou a veracidade das informações sobre o desmatamento na Amazônia. Para ele, há uma guerra informacional a serviço de interesses estrangeiros na Amazônia e em detrimento da soberania nacional. Na ocasião do discurso, o presidente leu uma carta assinada pelo *Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil* que apoia o uso das terras indígenas pelo agronegócio, mineração e pecuária. Na região da Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, há registros de plantação de 18 mil hectares de soja, milho e arroz pelas tribos Parecis, Nambikwara e Manoki. Ao dar força política a essa percepção em

seu discurso, ele ainda planejava nova regulamentação para liberar as terras indígenas à exploração do agronegócio. No entanto, há diversas organizações indigenistas que lutam por direito a alternativas de reprodução social não articuladas à destruição do bioma onde estão inseridos, bem como contrários à mercantilização dos recursos naturais da Amazônia e aniquilação cultural.

Em termos de preservação do bioma Amazônia, 28,6% do território é constituído por Unidades de Conservação Ambiental. A Amazônia ainda é, sem dúvida, o bioma mais protegido do país. O Cerrado (savana brasileira), área de domínio do agronegócio, só possui 8,7% de Unidades de Conservação Ambiental. De acordo com o *Relatório Planeta Vivo* (WWF-BRASIL, 2018), desde 1970, 20% da Floresta Amazônica e 50% do Cerrado já foram desmatados. Observa-se, portanto, que o desmatamento da Amazônia é um problema inquestionável e que o avanço da agricultura comercial de larga escala, da mineração, da pecuária bovina, das obras de hidrelétricas e rodovias, somadas às grilagens e ao patrocínio de queimadas como técnica barata de limpeza de terras ameaça intensificar a destruição do bioma.

Em novembro de 2019, pesquisadores da PUC-Rio [Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas] e do *Climate Policy Initiative* chamaram a atenção para o fato de a fiscalização ser uma estratégia contra o desmatamento por meio do suporte de alerta emitido pelo Deter/Inpe. Outro estudo mostrou ainda que, a despeito da produção agropecuária, o desmatamento da Amazônia Legal diminuiu entre 2004 e 2016, a partir de dados do PRODES/Inpe e do PIB do setor agropecuário fornecido pelo IBGE. Nesse período, enquanto houve redução de 72% no desflorestamento (em quilômetro quadrado), a produção agropecuária expandiu o valor do PIB do setor em 320%, não sendo necessário desmatamento para que ocorresse o crescimento econômico, uma vez que o volume da produção em áreas já abertas já era ampliado pela melhoria na produtividade e estabelecimento de novas metodologias produtivas.

Vale lembrar que a redução da margem extensiva do agronegócio na Amazônia resulta também dos investimentos em pesquisa para fins de produtividade e ocupação de áreas já desmatadas, conforme já alertara em 2005 a geógrafa Bertha Becker (2005). Outra política em relevo é a do *Programa Municípios Verdes*, associado ao Fundo Amazônia. A partir de um Cadastro Ambiental Rural, o programa visa a contribuir para o combate ao desmatamento por meio monitoramento, controle e campanha educativa. Hoje o programa é aplicado em 100 municípios do Pará. Contudo, com as políticas expressas em relação ao Fundo Amazônia por parte do governo Jair Bolsonaro, é difícil saber a continuidade de tais ações.

A chegada do governo de Jair Bolsonaro promoveu uma tendência a mudanças radicais nos rumos das estratégias antigeopolíticas e de conservação ambiental. Em apenas um ano de gestão presidencial, a política ambiental dos governos anteriores do recente período democrático, em especial a dos governos petistas, tem sido criminalizada e exposta seguidamente nos círculos do poder político e nas representações das entidades do agronegócio como inimiga do crescimento econômico do país e da região amazônica.

O processo de monitoramento e controle via fiscalização contra o desmatamento sofreu recuo significativo. Em efeito, o desmatamento da Amazônia, entre setembro de 2018 e setembro de 2019, sofreu inequívoca expansão acompanhada da degradação da floresta por conta da extração de madeira, derrubada de imensas áreas que foram queimadas e que chamaram a atenção mundial. Se o processo das queimadas foi favorecido pelo longo período de estiagem que atravessou a região, em contrapartida, os dados do INPE mostraram que, em sua maioria, eram áreas de derrubadas com vistas à ampliação de áreas de pecuária, como já descrito, um dos vetores da degradação do bioma Amazônia.

Do ponto de vista do bioma, um dos cenários visualizados é a savanização da Amazônia, ou seja, a transformação da Floresta Equatorial em savanas abertas, por meio do desmatamento e das secas, devido às mudanças no padrão das chuvas, visto que o clima interage com a vegetação em uma relação dialógica. A temperatura do bioma já aumentou 1 grau nos últimos 60 anos. Se houver aumento de 4 graus, há risco de savanização (ressecamento progressivo dos solos) na parte sul e leste da Amazônia, o que poderá comprometer até mesmo a produção agrícola e pecuária já estabelecida nessas áreas de bordas amazônicas e no cerrado. Mesmo áreas de remanescentes de Floresta Equatorial poderiam ser transformadas em savanas. Nesse sentido, o avanço do agronegócio na Amazônia sem que haja limites claros à preservação é uma expressiva ameaça ao ciclo hidrológico do país e da América do Sul, o que acarretaria enormes prejuízos econômicos, desabastecimento de cidades, diminuição da produção energética e inviabilização de grande parte da agricultura brasileira.

O estudo *Collapse of ecosystem carbon stocks due to forest conversion to soybean plantations at the Amazon-Cerrado transition* (BONINI, MARIMON-JUNIOR, MATRICARDI et al., 2018) mostra que o avanço da substituição da floresta por imensas áreas de pastagem e áreas de produção agrícola pode levar a um grau irreparável de aprisionamento de carbono no solo até 2050. A perda de carbono em um hectare de soja pode chegar a 130 toneladas/ano, com decréscimo nos próximos 30 anos, gerando um comprometimento gravíssimo. Daí a importância das Unidades de Conservação, das Terras Indígenas, da manutenção das áreas de reserva legal e das áreas de proteção permanente.

É neste contexto que, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2018) e o *Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia* (2015), a política de reconhecimento e demarcação de terras indígenas e de sua reprodução física, sociocultural e ecológica pode funcionar como estratégia sustentável de manutenção do bioma da Amazônia, ao mesmo tempo em que se pode promover a vida dos povos e preservar suas ricas culturas de convivência e cooperação com o território-ambiente. As Terras Indígenas da Amazônia correspondem a 173 etnias voltadas à conservação da biodiversidade e ao controle do desmatamento. Juntos com as Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas, dentre outras populações tradicionais da Amazônia, os territórios indígenas demarcados realizam um manejo ancestral dos recursos naturais imprescindível à sustentabilidade ecológica.

Hoje, as Unidades de Conservação e as terras indígenas cobrem mais de 42% do bioma. Sozinhas, as comunidades indígenas protegem 27% das florestas, ajudam a estocar carbono, o que interfere na circulação atmosférica das massas de ar, na temperatura do planeta e na conservação dos recursos hídricos, assim como na manutenção da biodiversidade da fauna e da flora.

A invasão de territórios indígenas por madeireiros, o contrabando de madeiras, a construção de barragens, a ampliação de áreas de fazendas, a grilagem, a invasão por posseiros, “biopiratas”, empresas, agronegócio, garimpo ilegal e mineradoras constituem as maiores ameaças à reprodução social das etnias, assim como a precária assistência social e de saúde.

Durante os governos de Lula e de Dilma Rousseff, de um total de 82 obras de rodovias e hidrovias previstas pelo PAC para a Amazônia (projetos concentrados no Amazonas, Pará e Rondônia), 43 impactavam uma ou mais terras indígenas, conforme relatório de Ricardo Verдум, que gerou a publicação intitulada *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira* (2012). O estudo ainda alerta que 90% das terras indígenas próximas aos projetos hidrelétricos do PAC estavam em risco em face da exploração madeireira, mineração e reassentamento das comunidades afetadas. As obras,

ao interferirem nas terras indígenas e em seu entorno, interferem dramaticamente nas culturas indígenas, inserindo-as precariamente no mundo urbano.

Outra ameaça potencial e latente às terras indígenas é a mineração. De acordo com os dados do *Instituto Socioambiental*, 28 milhões de hectares de terras indígenas (24,5% do bioma) e 18 milhões de hectares das áreas de Unidades de Conservação estão sob ameaça de processos minerais na Amazônia, espaço de cobiça internacional.

Segundo a *Agência Nacional de Mineração*, em 2019, havia 4.332 mil processos de exploração mineral em 214 das 735 áreas indígenas registradas, assim como em áreas de Unidades de Conservação de proteção integral. Para agravar a situação, em março de 2019, o ministro das Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, anunciou a abertura das terras indígenas e das zonas de fronteiras à exploração mineral por empresas estrangeiras.

Em suma, a conversão de áreas do bioma amazônico em pastagens, a agricultura comercial capitalizada, os alagamentos para construção de usinas hidrelétricas, a exploração mineral, os projetos geopolíticos do IIRSA, a ocupação produtiva de Terras Indígenas (mineração e agronegócio), dentre outros, assumem papéis de vetores de acumulação tecnoindustriais em disputa com o vetor tecnoeco(lógico) que representa uma via de desenvolvimento sustentável para os povos da floresta, ainda que altamente questionável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que o fundamento da geopolítica contemporânea situa-se no controle de vetores tecnológicos das grandes corporações transnacionais subordinados ao imperialismo do capital financeiro internacional. Além disso, a geopolítica está sempre atenta à *cronopolítica, fisiopolítica, biopolítica, psicopolítica e topopolítica e economopolítica*.

De fato, a geopolítica tem sido ressignificada para dar conta de novos requisitos estratégicos, tais como a guerra cibernética, o controle aeroespacial, a revolução da robótica – inteligência artificial, o domínio de novas fontes de energia, etc. Aliada a essa nova agenda geopolítica, a problemática climática internacional pressiona países como o Brasil diante dos compromissos de redução de emissão de gás carbono e do desmatamento de biomas. Ao lado dessas demandas geopolíticas, mantém-se o cenário grave das desigualdades sociais (concentração de renda e terra), flexibilização-precarização do trabalho e fim das perspectivas que almejavam o estado de bem-estar social.

Em termos geopolíticos, a China assumiu o papel dos Estados Unidos na (re)inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, muito embora a América Latina, e dentro dela o Brasil e a Amazônia, ainda sofra influência estratégico-militar norte-americana.

A demanda chinesa por grãos e carne impulsionou a forte presença política do agronegócio no Estado brasileiro por sua força econômica. Em efeito, essa situação forçou a desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, para fins de importação de bens industriais chineses e de exportação de minerais e grãos-carne, situação que deve intensificar as tensões entre os dois vetores de acumulação de capital, já sinalizados anteriormente.

Amazônia e o Cerrado são as macrorregiões inseridas na produção de *commodities* de interesse chinês. Diante da clara despreocupação do mandatário presidencial brasileiro e sua equipe governamental no trato das questões ambientais, verificam-se, no contexto de ampliação das demandas por produção, sérias ameaças ao bioma e à sociobiodiversidade da Amazônia e do Cerrado.

Assim, torna-se fundamental retomar as mobilizações das *redes políticas territoriais de r-existência* como uma via antigeopolítica alternativa ao projeto geopolítico do atual

governo, sobretudo ao papel das Forças Armadas, na diplomacia internacional, na inteligência, nos direitos dos povos tradicionais, nos compromissos da agenda ambiental internacional, no controle e uso sustentável dos recursos naturais do país (terra, água, ar e da vida) e na defesa da soberania do território nacional.

Para isso, é preciso superar a situação traumática provocada pela perda de poder do Partido dos Trabalhadores e da centro-esquerda brasileira e construir alternativas políticas ao que está posto. Esse caminho, entretanto, depende dos movimentos políticos de base social, e, na Amazônia, do movimento de povos e comunidades em defesa do legado e do patrimônio socioambiental que os envolve.

NOTA

3 Esta parte do estudo reproduz ideias expostas nos seguintes textos:

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. Regional Dynamics of the Brazilian Amazon: between Modernization and Land Conflicts. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 28, n. 2, p. 340-356. jul. / dic. 2019.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *A modernização distópica do território brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. Agronegocio, minería y extracción de maderas: las otras amenazas de la Amazonia brasileña. *UN Periódico Digital*, Colombia, p.1-3., 2019.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. Invasión de territorios indígenas amenaza conservación de la Amazonia brasileña. *UN Periódico Digital*, Colombia, p.1-3, 2019.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. de S. Amazônia: a geopolítica como instrumento fundamental para as formulações políticas e estratégicas de desenvolvimento, preservação ambiental e segurança. **Caderno de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, n. 2, p. 12-18, 2018.

ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C. **Resumo para política pública**: o Brasil sabe como deter o desmatamento na Amazônia: monitoramento e fiscalização funcionam e devem ser fortalecidos. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2019.

AZEVEDO, A. L. Benefício do monitoramento: fiscalização é o modo mais eficiente de poupar a floresta sem travar a agropecuária, diz estudo. **Jornal O Globo**, 24 nov. 2019.

BACKHEUSER, E. **Estrutura política do Brasil**. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1926.

BACKHEUSER, E. **Problemas do Brasil**: estrutura geopolítica. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

BARROS, F. G. N.; AMIM, M. M. **A geopolítica da água e a bacia amazônica brasileira**. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16943101-A-geopolitica-da-agua-e-a-bacia-amazonica-brasileira-area-tematica-crescimento-e-desenvolvimento-regional.html>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 50, p. 99-125, 1988 [2012].

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BONINI, I. *et al.* Collapse of ecosystem carbon stocks due to forest conversion to soybean

- plantations at the Amazon-Cerrado transition. **Forest Ecology and Management**, 2018. p. 64-73. Disponível em: http://eprints.whiterose.ac.uk/126881/10/Main20Manuscript_Bonini_et_al_2018_accepted20version20clean20version.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comissão de Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia-CISIPAM. **O sistema de proteção da Amazônia**. Brasília, 1995.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Acordo com países da UNASUL**. Brasília: CENSIPAM, 2018. Disponível em: <http://www.sipam.gov.br/noticias/acordo-com-paises-da-unasul>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa: estratégia nacional de defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 19 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório Situacional 2017**. Brasília: Departamento do Programa Calha Norte, 2018. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/relatorios/situacao/relatorio_situacional_2017.pdf. Acesso em: 19 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Indicadores ambientais nacionais**. Brasília: MMA, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/11276-uc-terrestres.html>. Acesso em: 27 set. 2019.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal: (parcial) do Ministério do Meio Ambiente: estratégias de transição para a sustentabilidade**, 2010.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Demarcação de terras indígenas é decisiva para conter o desmatamento e regular o clima**. Goiânia: CPT, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- COSTA, J. M.; LIRA, E. A Amazônia e a arte da renda na crise ambiental: empresas, comunidades tradicionais, meio ambiente e lugares estratégicos. In: SHIRAIISHI NETO, J. *et al.* (org.). **Problema ambiental: natureza e sujeitos em conflitos**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 148-165.
- COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CUNHA, P. R. O novo governo e a Amazônia: desproteção ambiental e privatização de terras públicas. **Confin**, n. 501, 2019. Doi: <https://doi.org/10.4000/confin.21149>.
- FUNDO AMAZÔNIA. **Programa municípios verdes**. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Programa-Municipios-Verdes/>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- G1. Avanço das plantações de eucalipto ameaça a Amazônia Maranhense. **G1 Maranhão**, 5 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2017/03/avanco-das-plantacoes-de-eucalipto-ameaca-amazonia-maranhense.html>. Acesso em: 20 out. 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. **Terras indígenas na Amazônia brasileira: reservas de carbono e barreiras ao desmatamento**. Brasília, 2015.
- LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1993.
- LIMA, V. T. de A. Unidades de conservação no Amazonas: território, comunidade e poder. In: SHIRAIISHI NETO, J. *et al.* (org.). **Problema ambiental: natureza e sujeitos em conflitos**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 211-228.
- LOURENÇÃO, J. R. **A defesa nacional e a Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia**. 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/militares-amazonia/txt_Lourencao.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.
- MARENGO, J. A.; SOUZA JUNIOR, C. **Mudanças climáticas: impactos e cenários**

- para a Amazônia. São Paulo: USP, 2018.
- MATTOS, C. M. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Olympio, 1979.
- MATTOS, C. M. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MOREIRA, R. **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NOBRE, A. D. **O futuro climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica. São José dos Campos: ARA, CCST-Inpe, INPA, 2014.
- OTCA; GEF; PNUMA. **Manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia do rio Amazonas considerando a variabilidade e a mudança climática**. Disponível em: <http://www.otca-oficial.info/projects/details/13>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.
- ROUTLEDGE, P. Anti-geopolitics: introduction. In: TUATHAIL, G. Ó.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. **The Geopolitics Reader**. London, New York: Routledge, 2003, p. 245-255.
- SILVA, G. do C. e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SILVA, C. A. F. da. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SILVA, C. A. F. da; BAMPI, A. C. Agronegocio, minería y extracción de maderas: las otras amenazas de la Amazonia brasileña. **UN Periódico Digital**, Colombia, p.1-3., 2019.
- SILVA, C. A. F. da; BAMPI, A. C. Invasión de territorios indígenas amenaza conservación de la Amazonia brasileña. **UN Periódico Digital**, Colômbia, p.1-3, 2019.
- SILVA, C. A. F. da; BAMPI, A. C. Regional Dynamics of the Brazilian Amazon: between Modernization and Land Conflicts. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 2, p. 340-356. jul./dic. 2019.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à geografia: geografia e ideologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- SUDAM. Indicadores socioeconômico-ambientais e análise conjuntural da Amazônia Legal. **Boletim Amazônia** Nº 2. Belém, n. 2, p. 01-147, 2016. Disponível em: [http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/centraldeconteudo/boletimamazonia/2%20-BOLETIM%20AMAZ%20C3%94NIA%20-%20Volume%202020\(Revisado_V2\).pdf](http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/centraldeconteudo/boletimamazonia/2%20-BOLETIM%20AMAZ%20C3%94NIA%20-%20Volume%202020(Revisado_V2).pdf). Acesso em: 20 out. 2019.
- SUDAM. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-2023: sumário executivo**. Belém: SUDAM, 2019.
- THERY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 19, n. 53, 2005.
- TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1935.
- VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.
- VERÍSSIMO, A. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal: SAD**. Belém: Imazon, set. 2019.
- VILLARROEL, L. C. L.; TONI, F. Política e meio ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda do governo do Amazonas. **Raízes**, v. 32, n. 1, p. 96-109, jan./jun. 2012.
- WWF. **Relatório planeta vivo 2018: uma ambição maior**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo_2018/. Acesso em: 27 set. 2019.